

	<b>Documentação</b>
OCIOAMBIENTAL	G M (PA)
Fonte	
Data	28/3/2001 Pg
Class.	142

Seminário reitera críticas a projeto hidroviário - 28-marco-2001

Local: Belém

Fonte: Gazeta Mercantil-PA

Link: <http://200.241.240.187>

A decisão do juiz relator Cândido Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília, suspendendo liminar que há dois anos impedia a realização de audiências públicas sobre o programa, não repercutiu muito ontem, primeiro dia do seminário "Grandes projetos na Amazônia - Hidrovia Araguaia-Tocantins", seminário em andamento no auditório do campus da Universidade Federal do Pará em Marabá.

"Decisão judicial é para ser cumprida, mas cabe sempre recurso a menos que transite em decisão definitiva no Supremo Tribunal Federal", disse o diretor técnico Maurício Galinkin, da Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Cebrac), organização não governamental com sede em Brasília, e uma das principais questionadoras do Estudo de Impacto Ambiental elaborado pela Ahitar.

O Cebrac fundamenta sua argüição da má qualidade do relatório ambiental num painel montado com especialistas independentes que analisou o documento da Ahitar remetido ao Ibama. "Nós nos baseamos em metodologia científica, em conhecimentos existentes e dos nossos especialistas e produzimos o documento que foi divulgado ano passado", disse.

Em 1995 a Ahitar, vinculada ao Ministério dos Transportes, apresentou seu primeiro Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para implantação do projeto da hidrovia. Previsto pela legislação ambiental brasileira, o EIA se destina a analisar a viabilidade ambiental de um empreendimento e deve fazer-se acompanhar de um Relatório de Impacto sobre Meio Ambiente (RIMA), que é uma versão simplificada e em linguagem acessível dos estudos e conclusões apresentados no EIA.

Desenvolvido pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) da Universidade Federal do Pará, esse primeiro texto foi rejeitado e devolvido durante audiência da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, pelo Ibama e Funai, e pela Antiga Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás (Femago), hoje agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos naturais, e pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, por não satisfazer os critérios mínimos esperados por um trabalho deste tipo.

A análise independente elaborada pelo Cebrac, patrocinada por uma coalizão de organizações da sociedade civil sob a sua coordenação técnica e executiva, focaliza a segunda versão do EIA apresentada pela Ahitar em março de 1999 ao Ibama, em que se deveriam contemplar as extensas lacunas e incongruências do primeiro estudo. "A conclusão desta análise, em síntese, é a de que o projeto de hidrovia Araguaia-Tocantins é absolutamente inviável sob todos os pontos de vista - diz sinopse do Cebrac.

Sua implantação poderá acarretar graves danos a ecossistemas extremamente preciosos por sua biodiversidade e sérios impactos sociais e econômicos sobre as populações das regiões sob sua influência, incluídas aí diversas populações indígenas. Do ponto de vista econômico, a hidrovia não tem razão de ser - as alternativas que existem, patrocinadas pelo próprio governo federal, proporcionam um transporte a menor custo e suficiente -, indicando que sua implantação envolve desperdício de dinheiro público".

Para Maurício Galinkin, como está a hidrovia só interessa aos grandes produtores de soja, em regra multinacionais, e aos grandes proprietários, que terão suas terras valorizadas. "Para a população vão ficar o desemprego, a miséria, a degradação ambiental", observa.

Indagado se tecnicamente haveria alguma possibilidade de conciliar o mega-projeto hidroviário com o interesse das populações atingidas, Galinkin disse que se trata de um empreendimento industrial que visa o transporte de grandes volumes de massa e no qual não há espaço para pequenos produtores: "A barcaça não vai parar a cada 50 quilômetro navegados para apanhar a produção de dez sacos de alguém, porque isso é antieconômico", sugeriu.

Especificou que a sojicultura gera apenas um emprego para cada 250 hectares de produção. "Outro dado é que 65% do custeio da soja é canalizado para comprar insumos - fertilizantes, defensivos - e sementes. Apenas 4% se destinam a pagamento de pessoal. Assim, o impacto de geração de emprego é muito baixo. Nesses projetos altamente mecanizados, não há mais lugar para o homem nessa história", concluiu.

Ademir Braz  
de Marabá  
Especial para GZMPA

Documentação

Fonte Gm (Pa)

Data 28/3/2001 Pg. \_\_\_\_\_

Class. \_\_\_\_\_